



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005781-62.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Regis Cleber Lopes Gonçalves**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

REGIS CLEBER LOPES GONÇALVES, portador do RG nº 29.673.349-SSP/SP, filho de Antonio José Gonçalves e Lúcia de Fátima Lopes Gonçalves, nascido aos 10/12/1977, está sendo processado como incurso nas sanções do artigo 147 (por três vezes) c/c. artigo 61, inciso II, letras "f", e nas penas, 150, § 1º, todos do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 13 de Maio de 2018, por volta das 22h23, na Avenida José dos Santos Seves nº 979, nesta cidade e Comarca, em contexto de violência doméstica e familiar, ameaçou por palavras gestos, sua sogra *Josefa Maria da Silva*, sua cunhada *Sandra Maria da Silva* e seu sogro *Ednaldo José da Silva*, de causar-lhes mal injusto e grave.

Consta, também, que nas mesmas condições de tempo e local acima descritas e, portanto, durante a noite, o acusado entrou, clandestinamente e contra a vontade quem de direito, nas dependências de casa alheia, qual seja, a das vítimas *Josefa Maria da Silva e Ednaldo José da Silva*.

Recebida a denúncia, em 25 de maio de 2018 (fl. 119), o réu foi regularmente citado (fl. 143) e apresentou resposta à acusação às fls. 150/153.

Em audiência, foram ouvidas a vítima e duas testemunha de acusação, sendo ao final, interrogado o réu.

O Ministério Público, em alegações finais, requereu a procedência da presente ação penal. A Defesa, por seu turno, pleiteou a absolvição, sustentando que são precárias e insuficientes as provas produzidas nos autos. Subsidiariamente, requereu a aplicação da pena-base no mínimo legal.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A pretensão punitiva estatal é parcialmente procedente.

A materialidade e a autoria dos delitos estão bem demonstradas nos autos pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

boletim de ocorrência (fls. 10/12), auto de exibição e apreensão (fl. 14), laudo pericial (fls. 47/51), bem como pela provas testemunhais coligidas aos autos.

Com efeito, o acusado foi preso ainda nas imediações da residência das vítimas, que acionaram a polícia demonstrando, pois, o absoluto inconformismo com a sua presença no local.

As vítimas, ouvidas em juízo, foram categóricas ao afirmar que o acusado ingressou no imóvel sem autorização e passou a ameaçá-las de morte com um facão que trazia consigo, verbalizando "*vou matar todos vocês*".

Os policiais militares, ouvidos em juízo, relataram que foram acionados via COPOM com a informação de que havia uma desinteligência familiar e que, ao chegarem ao local, encontraram o réu visivelmente embriagado em frente ao imóvel e em discussão com as vítimas. Após dialogarem com os envolvidos, orientaram ao acusado para que ele deixasse o local, o que de pronto foi atendido. Confirmaram que pouco tempo depois, novamente foram requisitados a comparecer ao local, pois o acusado teria regressado e invadido o imóvel, ameaçando-lhes com um facão. Relataram, por fim, que o acusado tentou se evadir logo que avistou a viatura. Nesta ocasião, o réu foi detido e o instrumento por ele utilizado para intimidar as vítimas foi apreendido.

Em juízo, o réu negou os fatos, dizendo que jamais ameaçou as vítimas de morte e que tampouco invadiu o imóvel.

Há, contudo, nos autos, elementos suficientes para a prolação de um decreto condenatório, haja vista que a palavra da vítima *Josefa Maria da Silva* ouvida em juízo é digna de plena credibilidade, primeiramente, por não ter ficado demonstrado, nos autos, que ela tinha interesse em prejudicar o seu genro, imputando-lhe falsamente a prática de crimes. Além disso, nos crimes de violência doméstica, mormente naqueles cometidos sem a presença de testemunhas, deve prevalecer a palavra da vítima, a menos que o réu apresente provas que façam desmerecer a credibilidade da outra parte, o que não ocorreu no caso em apreço.

A versão da vítima ainda foi corroborada pelas testemunhas, que confirmaram as ameaças contra as três vítimas e a invasão do domicílio.

Ressalte-se que o réu já tinha praticado violência doméstica e familiar anteriormente, conforme documentos de fls. 100/102, sendo que ao ali comparecer, violou, inclusive, condição imposta para a concessão de sua liberdade provisória.

Deste modo, nítido que a negativa apresentava pelo acusado está absolutamente isolada nos autos e não merecida guarida.

Comprovadas, destarte, a materialidade e a autoria dos crimes de ameaça e violação de domicílio – este em sua modalidade simples, eis que não restou comprovado o horário em que o crime ocorreu –, a condenação torna-se medida de rigor, de modo que passo a dosar a pena.

Verifico que o réu é tecnicamente primário e não ostenta maus antecedentes (fls. 97/99). Além disso, nada há de relevante quanto às demais circunstâncias judiciais, pois, além de moderado o grau de culpabilidade, as conseqüências, as circunstâncias e os motivos dos delitos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

foram aqueles próprios da natureza dos crimes em tela. Ademais, não há informações sobre a personalidade e a conduta social do acusado ou, ainda, sobre o comportamento das vítimas.

Para o crime de ameaça (praticado por três vezes), de acordo com os critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, 01 (um) mês de detenção.

Na segunda fase, em virtude de ter o réu se prevaletido de relações domésticas de hospitalidade, majoro a pena-base do crime de ameaça em 1/6, em virtude da agravante prevista na alínea "f" do inciso II do artigo 61 do Código Penal, para que a pena atinja 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção.

No terceiro estágio não há causas de aumento, nem de diminuição da pena. Reconheço a continuidade delitiva, já que a ameaça fora cometida por três vezes, em condições de tempo, lugar, maneira de execução que permite a conclusão de estarem encadeadas e decorrerem de uma mesma formulação delitiva. É dizer: *"a continuação pressupõe pluralidade de atos cometidos em tempo diverso, mas através de especial determinação da vontade, que está no fundo deles, formando um todo jurídico"* (RT 376/120).

Assim, por aplicação da regra prevista no art. 71, *caput*, do Código Penal, considerando-se que foram três condutas em continuidade delitiva, aplico-lhe a pena de um só dos crimes, aumentada de 1/6, ficando a pena em 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção.

Para o crime de violação de domicílio, de acordo com os critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, 01 (um) mês de detenção.

Na segunda fase, em virtude de ter o réu se prevaletido de relações domésticas de hospitalidade, majoro a pena-base do crime de ameaça em 1/6, em virtude da agravante prevista na alínea "f" do inciso II do artigo 61 do Código Penal, para que a pena atinja 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção.

No terceiro estágio, mantenho a pena e a torno definitiva, eis que não há causas de aumento, nem de diminuição da pena.

Em virtude do concurso material de infrações, somo as duas penas, condenando o réu a uma pena total de 02 (um) meses e 20 (vinte) dias de detenção.

Não faz jus o réu à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, por vedação expressa do art. 44, inciso I, do Código Penal, pois os crimes foram cometidos com violência e grave ameaça à pessoa (STJ - RESP 331075/SC e HC 32240/RS). Além disso, vedado pela Lei nº 11.340/2006.

Entrementes, cabível o *sursis*, pois o acusado preenche os requisitos legais do artigo 77 do Código Penal. Desta feita, suspendo a execução da pena, pelo prazo de dois anos, ficando o acusado proibido de frequentar bares, boates e similares, de se ausentar da Comarca sem autorização por mais de oito dias, obrigando-se a comparecer mensalmente em Juízo para informar e justificar suas atividades, assim como comparecer em Juízo sempre que intimado. Em caso de revogação, a pena privativa de liberdade será cumprida inicialmente no regime aberto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva estatal na presente ação penal promovida pela Justiça Pública contra **REGIS CLEBER LOPES GONÇALVES**, portador do RG nº 29.673.349-SSP/SP, filho de Antonio José Gonçalves e Lúcia de Fátima Lopes Gonçalves, nascido aos 10/12/1977 para **CONDENÁ-LO** a pena de 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de detenção, por infração aos artigos 147 e 150, *caput*, c/c artigo 61, II, "f", todos do Código Penal, com *sursis* na forma acima mencionada (suspensão condicional da execução da pena privativa da liberdade pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante observância das condições citadas acima) e cuja audiência admonitória será marcada em juízo de execução.

Em caso de revogação do *sursis*, fixo o regime ABERTO para início de cumprimento da pena privativa de liberdade, com fulcro no artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal.

Concedo o direito de recorrer em liberdade, ante o regime de pena aplicado.

Custas na forma da Lei Estadual nº 11.608/03, observado o art. 12 do artigo 98, § 3º do Novo Código de Processo Civil.

Oportunamente, lance-se o seu nome no rol dos culpados. Custas "ex lege".

P.R.I.C.

Araraquara, 17 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**